

## **Organização das Nações Unidas**

**O Caminho para a Dignidade até 2030:  
erradicar a pobreza, transformar todas as vidas e proteger o planeta**

*Relatório de síntese do Secretário-Geral  
sobre a Agenda Pós-2015*

**Nova Iorque  
Dezembro de 2014**

## Índice

### **1. Um apelo universal à ação para transformar o nosso mundo depois de 2015**

#### **2. Síntese**

- 2.1. O que aprendemos com décadas de experiência em desenvolvimento
- 2.2. O que aprendemos com o processo pós-2015
- 2.3. Ambições partilhadas para um futuro partilhado

#### **3. Enquadramento da nova agenda**

- 3.1. Preparar o terreno
- 3.2. Uma abordagem transformacional
- 3.3. Seis elementos essenciais para concretizar os ODS
- 3.4. Integrar os seis elementos essenciais

#### **4. Mobilizar os meios para implementar a nossa agenda**

- 4.1. Financiar o nosso futuro
- 4.2. Tecnologia, ciência e inovação para um futuro sustentável
- 4.3. Investir nas capacidades de desenvolvimento sustentável

#### **5. Concretizar a nossa agenda: uma responsabilidade partilhada**

- 5.1. Avaliar as novas dinâmicas
- 5.2. Indicar o caminho: o papel dos dados na nova agenda
- 5.3. Medir o nosso progresso: monitorizar, avaliar e apresentar relatórios
- 5.4. Adaptar a ONU para um futuro sustentável

#### **6. Conclusão: juntos num pacto universal**



*"Reconhecemos que as pessoas são fulcrais para o desenvolvimento sustentável e, neste sentido, aspiramos a um mundo que seja justo, igualitário e inclusivo, e estamos comprometidos em trabalhar juntos para promover o crescimento económico sustentável e inclusivo, o desenvolvimento social e a proteção do ambiente e, desta forma, beneficiar todas as pessoas."*

Documento Final da Cimeira Rio+20, O futuro que queremos

## **1. Um apelo universal à ação para transformar o nosso mundo depois de 2015**

1. O ano de 2015 proporciona uma oportunidade única para os líderes mundiais e as pessoas erradicarem a pobreza e transformarem o mundo para que as necessidades humanas e os requisitos da transformação económica sejam melhor satisfeitos, ao mesmo tempo que protegemos o ambiente, asseguramos a paz e materializamos os direitos humanos.

2. Encontramo-nos num momento histórico decisivo e as direções que tomarmos determinarão o sucesso ou o fracasso das nossas promessas. Com a nossa economia globalizada e tecnologicamente sofisticada, podemos decidir acabar com a miséria já muito antiga da pobreza extrema e da fome. Ou podemos continuar a degradar o nosso planeta e permitir que desigualdades intoleráveis disseminem amargura e desespero. A nossa ambição é alcançar o desenvolvimento sustentável para todos.

3. Os jovens serão os líderes da próxima agenda para o desenvolvimento sustentável até 2030. Temos de garantir que esta transição, ao mesmo tempo que protege o planeta, não se esquece de ninguém. Temos a responsabilidade partilhada de embarcar num caminho para a prosperidade inclusiva e partilhada num mundo pacífico e resiliente onde os direitos humanos e o Estado de direito são defendidos.

4. A transformação é o nosso lema. Neste momento, somos chamados a liderar e a agir com coragem. Somos chamados a abraçar a mudança. A mudança nas nossas sociedades. A mudança na gestão das nossas economias. A mudança na nossa relação com o nosso e único planeta.

5. Ao fazê-lo, podemos responder de forma mais plena às necessidades do nosso tempo e concretizar a promessa intemporal afirmada aquando da criação da Organização das Nações Unidas.

\*

6. Há setenta anos, ao adotar a Carta de fundação da Organização, as nações do mundo fizeram um compromisso solene: "preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra; reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; estabelecer as condições à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; e promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade."<sup>1</sup>

7. Com base nesta promessa central, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) fez um apelo a uma abordagem que garantisse a participação significativa de todos no desenvolvimento e a distribuição justa dos seus benefícios.

8. A humanidade alcançou progressos impressionantes nas últimas sete décadas. Reduzimos a violência e criámos instituições globais, um código de princípios universais concertado e um vasto mosaico de direito internacional. Testemunhámos progressos tecnológicos impressionantes, vários milhões de pessoas saíram da situação de pobreza, outros tantos milhões foram mais capacitadas, doenças foram derrotadas, a esperança de vida aumentou, o colonialismo foi desmantelado, novas nações nasceram, o *apartheid* foi derrubado, as práticas democráticas foram mais enraizadas e economias vibrantes foram desenvolvidas em todas as regiões.

9. Desde a “Cimeira da Terra” de 1992, no Rio de Janeiro, que identificámos um novo caminho para o bem-estar humano – o caminho do desenvolvimento sustentável. A Declaração do Milénio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio elaborados em 2000, colocaram as pessoas no centro, gerando melhorias sem precedentes nas vidas de muitas pessoas em todo o mundo. A mobilização mundial por detrás dos ODM demonstrou que a ação multilateral pode fazer uma diferença substancial.

10. No entanto, as condições no mundo atual são muito diferentes da visão da Carta. Entre a abundância considerável de alguns, presenciamos a pobreza penetrante, as desigualdades flagrantes, o desemprego, as doenças e a privação de vários mil milhões de pessoas. Os deslocamentos encontram-se no seu nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial. Os conflitos armados, a criminalidade, o terrorismo, a perseguição, a corrupção, a impunidade e a erosão do Estado de direito são realidades diárias. O impacto das crises energéticas, alimentares e económicas mundiais ainda é sentido. As consequências das alterações climáticas estão apenas a começar. Estas falhas e lacunas definem tanto a era moderna como os nossos progressos na ciência, na tecnologia e a mobilização dos movimentos sociais mundiais.

11. O nosso mundo globalizado é marcado por progressos extraordinários juntamente com níveis inaceitáveis – e insustentáveis – de penúria, medo, discriminação, exploração, injustiça e desvarios ambientais a todos os níveis.

12. No entanto, sabemos também que estes problemas não são acidentes da natureza ou o resultado de fenómenos fora do nosso controlo. Resultam de ações e de omissões das pessoas – instituições públicas, sector privado, entre outros, responsáveis pela proteção dos direitos humanos e a defesa da dignidade humana.

13. Possuímos os conhecimentos e os meios para lidar com estes desafios. Mas precisamos agora de liderança imediata e de ações conjuntas.

14. Trata-se de desafios universais. Exigem novos níveis de ação multilateral baseada na evidência e desenvolvida com base em valores, princípios e prioridades partilhados para um destino comum.

15. Os nossos compromissos globais no âmbito da Carta devem impelir-nos a agir. O nosso sentido de empatia e de interesse próprio esclarecido deve impelir-nos a agir. As nossas responsabilidades como guardiões do planeta devem também impelir-nos a agir. Nenhuma das ameaças atuais respeita as fronteiras desenhadas pelos seres humanos – quer sejam fronteiras nacionais, ou fronteiras de classes, capacidades, idade, sexo, geografia, etnia ou religião.

16. Num mundo irreversivelmente interligado, os desafios enfrentados por uma pessoa tornam-se nos desafios que cada um de nós tem de enfrentar – por vezes gradualmente, mas muitas vezes de forma repentina. Contudo, enfrentar estes desafios desconcertantes não é apenas um fardo; é muito mais uma oportunidade para fomentar novas parcerias e alianças que podem trabalhar em conjunto para fazer progredir a condição humana.

17. A experiência dos ODM fornece evidências convincentes de que a comunidade internacional pode ser mobilizada para encarar desafios tão complexos. Governos, sociedade civil e vários intervenientes internacionais uniram-se sob a égide dos ODM numa batalha em várias frentes contra a pobreza e as doenças. Criaram abordagens inovadoras, novos dados vitais, novos recursos e novas ferramentas e tecnologias para este combate. A transparência foi melhorada, as abordagens multilaterais foram reforçadas e foi encorajada uma abordagem baseada em resultados relativamente às políticas públicas. As políticas públicas sólidas inspiradas nos ODM, e melhoradas pela ação coletiva e a cooperação internacional, conduziram a sucessos notáveis. Em duas décadas, desde 1990, o mundo reduziu para metade a pobreza extrema, retirando 700 milhões de pessoas da

pobreza extrema. Entre 2000 e 2010, foram evitadas cerca de 3,3 milhões de mortes devido à malária, e 22 milhões de vidas foram salvas da luta contra a tuberculose. O acesso à terapia anti-retroviral (TAR) para as pessoas infetadas com o VIH salvou 6,6 milhões de vidas desde 1995. Ao mesmo tempo, a paridade de género nas matrículas no ensino primário, o acesso a cuidados de saúde infantis e maternos, e a participação política das mulheres melhoraram de forma constante.<sup>ii</sup>

18. Temos de investir no trabalho inacabado dos ODM, e usá-los como um trampolim para o futuro que queremos – um futuro sem pobreza e baseado nos direitos humanos, na igualdade e na sustentabilidade. Este é o nosso dever e deve ser o legado que aspiramos deixar aos nossos filhos.

19. No nosso percurso para definir uma agenda para o desenvolvimento sustentável mundial para os anos depois de 2015, a comunidade internacional deu início a um processo sem precedentes. Nunca antes foi realizada uma consulta tão alargada e inclusiva sobre tantos assuntos de preocupação mundial. Em somente dois anos desde que a Conferência Rio+20 estabeleceu os fundamentos do processo pós-2015, todos os Estados-Membros, o sistema da ONU, especialistas, uma parte transversal da sociedade civil, empresas e, mais importante, milhões de pessoas de todos os cantos do mundo, percorreram este percurso de importância crucial. Por si só, isto é um motivo para se ter muita esperança. A criatividade e a motivação partilhada que emergiram da família humana é uma prova de que podemos unir-nos para inovar e colaborar na procura de soluções e do bem comum.

20. Tendo agora aberto o processo a um público alargado, temos de reconhecer que a legitimidade do mesmo repousará na avaliação significativa do grau em que as mensagens principais que ouvimos são refletidas no resultado final. Não há tempo para sucumbir às conveniências políticas ou para tolerar os menores denominadores comuns. As novas ameaças que enfrentamos, e as novas oportunidades que se apresentam, exigem um nível elevado de ambição e um curso de ação realmente participativo, reativo e transformacional.

21. Isto inclui lidar com as alterações climáticas. Como sublinhado pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), as alterações climáticas exacerbam as ameaças. Tornam a concretização da agenda para o desenvolvimento sustentável mais difícil devido à inversão de tendências positivas, a novas incertezas ou ao aumento dos custos da resiliência.

22. Esta iniciativa não pode, assim, ser realizada da forma habitual.
23. Pessoas em todo o mundo esperam que a Organização das Nações Unidas enfrente o desafio com uma agenda realmente transformativa, que seja tanto universal como adaptável às condições de cada país, e que coloque as pessoas e o planeta no centro. As suas vozes sublinharam a necessidade de democracia, Estado de direito, espaço cívico e governação mais eficaz e instituições mais capazes; de parcerias novas e inovadoras, incluindo com empresas responsáveis e autoridades locais eficazes; e uma revolução dos dados, mecanismos de responsabilização rigorosos e parcerias globais renovadas. As pessoas também enfatizam que a credibilidade da nova agenda repousa nos meios que são disponibilizados para os implementar.
24. Três reuniões internacionais de alto nível no próximo ano representam uma oportunidade para delinear a nova era do desenvolvimento sustentável. A primeira será a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Addis Ababa, em Julho, onde poderá ser alcançado um pacto para uma parceria mundial. A segunda será a Cimeira Especial sobre o Desenvolvimento Sustentável, na Organização das Nações Unidas, em Setembro, onde o mundo vai adotar a nova agenda e um conjunto de Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, que esperamos que definam uma mudança de paradigma para as pessoas e o planeta. A terceira será a 21.ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em Paris, em Dezembro, onde os Estados-Membros se comprometeram em adotar um novo acordo para lidar com uma ameaça que pode dificultar a concretização da nova agenda.
25. A conjuntura apresenta-se positiva para o mundo tomar uma medida histórica e transformar vidas e proteger o planeta. Encorajo os governos e as pessoas de todo o mundo a cumprir as suas responsabilidades políticas e morais. Este é o meu apelo à dignidade, e temos de responder com toda a nossa visão e força.



## 2. Síntese

*"Tudo o que é valioso na sociedade humana depende da oportunidade de desenvolvimento concedida ao indivíduo."* Albert Einstein

### 2.1 O que aprendemos com duas décadas de experiência em desenvolvimento

26. Existem vários aspetos novos e, de facto, transformacionais no debate mundial sobre a Agenda Pós-2015. Mas as raízes deste debate são profundas, e estendem-se até à experiência da comunidade do desenvolvimento nos últimos vinte anos, e aos resultados visionários das conferências mundiais dos anos 90, da Cimeira da Terra de 1992 no Rio de Janeiro, da Cimeira do Milénio e dos ODM de 2000, da Cimeira Mundial de 2005, da Cimeira dos ODM de 2010 e do percurso até à Conferência Rio+20, em 2012.

27. O fundamento do atual processo global de renovação foi estabelecido no Rio de Janeiro, em Junho de 2012, com a adoção do **documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável “O futuro que queremos”**. O documento descreve as lições aprendidas em duas décadas de experiência em desenvolvimento, e fornece uma avaliação abrangente do progresso e das lacunas na implementação da agenda para o desenvolvimento sustentável.

28. Apesar de insuficientes e assimétricos, os progressos foram notáveis. Há somente duas décadas, quase 40 por cento do mundo em vias de desenvolvimento vivia em pobreza extrema, e a noção de erradicação da pobreza parecia inconcebível. Depois de êxitos profundos e consistentes, sabemos agora que a pobreza extrema pode ser erradicada no espaço de tempo de mais uma geração. Os ODM contribuíram grandemente para este progresso, e ensinaram-nos como os governos, as empresas e a sociedade civil podem trabalhar juntos para alcançar evoluções transformacionais.

29. Testemunhámos progressos importantes em vários países menos avançados (PMA) nas últimas duas décadas. No mesmo período, os países de rendimentos médios tornaram-se os novos motores do crescimento mundial, retirando muitos dos seus próprios cidadãos da pobreza e criando uma classe média considerável. Alguns países apresentaram progressos reais na redução das desigualdades. Outros alcançaram a cobertura universal dos cuidados de saúde. Outros ainda evoluíram para algumas das sociedade do mundo mais avançadas e ligadas digitalmente. Os salários aumentaram, a proteção social foi alargada, as tecnologias verdes estão enraizadas,

e os padrões de ensino progrediram. Vários países emergiram de conflitos e alcançaram êxitos contínuos rumo à reconstrução, à paz e ao desenvolvimento. Estas experiências abrangentes demonstram que a vulnerabilidade e a exclusão podem ser ultrapassadas, assim como aquilo que é possível ser feito nos próximos anos.

30. As novas tendências demográficas estão a mudar o nosso mundo. Já somos uma família global de sete mil milhões de pessoas e provavelmente chegaremos aos nove mil milhões até 2050. Somos um mundo envelhecido, porque as pessoas vivem mais tempo e com mais saúde. Somos um mundo cada vez mais urbano, com mais de metade da população do mundo a viver em cidades. E somos um mundo móvel, com mais de 232 milhões de migrantes internacionais – e quase um mil milhão se considerarmos os migrantes internos. Estas tendências terão impactos diretos nos nossos objetivos e apresentam tanto desafios como oportunidades.

31. Constatamos como as novas tecnologias podem revelar abordagens mais sustentáveis e práticas mais eficientes. Sabemos que o sector público pode angariar mais receitas reformando os sistemas fiscais, combatendo a evasão fiscal, corrigindo desigualdades e combatendo a corrupção. Sabemos que existe uma quantidade enorme de recursos não utilizados e desperdiçados que podem ser direcionados para o desenvolvimento sustentável. Sabemos que empresas inovadoras estão a assumir a liderança, transformando os seus modelos de negócio para o desenvolvimento sustentável, e que apenas abordamos superficialmente o potencial para o investimento orientado pela ética do sector privado. Com as iniciativas, as políticas, os regulamentos e a monitorização certos, podem surgir oportunidades importantes. Sabemos que está a ser desenvolvida uma revolução dos dados, que nos vai permitir ver com mais clareza do que nunca onde nos encontramos e para onde temos de ir, e assegurar que todas as pessoas são consideradas. Sabemos que iniciativas criativas em todo o mundo estão a explorar novos modelos de produção e de consumo sustentáveis que possam ser reproduzidos. Sabemos que a governação, tanto aos níveis nacional como internacional, pode ser reformada para servir de forma mais eficiente as realidades do século XXI. E sabemos que o nosso mundo atual alberga a primeira sociedade civil realmente globalizada, interligada e altamente mobilizada, pronta e capaz de servir como um participante, guardião conjunto e motor poderoso da mudança e da transformação.

32. Já começamos a corrigir o nosso percurso para a transformação.

33. O debate sobre a Agenda Pós-2015 realçou a importância das condições específicas de cada país, um avanço de perspectiva em relação ao quadro dos ODM.

Era necessária uma atenção especial às pessoas mais vulneráveis, em particular nos países africanos, nos países menos avançados, nos países sem litoral em vias de desenvolvimento e nos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento. Deve também ser dada especial atenção aos desafios enfrentados pelos países de rendimentos médios e os países em situações de fragilidade e conflito.

34. Os Estados-Membros enfatizaram que o desenvolvimento sustentável deve ser inclusivo e centrado nas pessoas. Sublinharam a importância dos ecossistemas para os meios de subsistência das pessoas, do seu bem-estar económico, social e mental, assim como do seu património cultural – “Terra Mãe”, como é conhecido em muitas tradições.

35. Os Estados-Membros também sublinharam a necessidade de melhorar as medidas do progresso, como o produto interno bruto, a fim de informar melhor as decisões de política. Ao mesmo tempo que reconhecem a diversidade natural e cultural do mundo, também reconheceram que todas as culturas e civilizações podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. Por último, apelaram a abordagens holísticas e integradas ao desenvolvimento sustentável que orientarão a humanidade para viver em harmonia com os ecossistemas frágeis do planeta.

## 2.2 O que aprendemos com o processo pós-2015

36. A comunidade internacional progrediu bastante na sua deliberação sobre a nova agenda para o desenvolvimento. Em Julho de 2013, no seguimento de uma solicitação da Assembleia-Geral, apresentei ao grupo o meu relatório “**Uma vida com dignidade para todos**”. No mesmo, recomendei o desenvolvimento de uma agenda para o desenvolvimento sustentável universal e integrada baseada nos direitos humanos, que abordasse o crescimento económico, a justiça social, a gestão ambiental e que destacasse a ligação entre a paz, o desenvolvimento e os direitos humanos – uma agenda que não deixasse ninguém para trás. Apelei, igualmente, a uma análise e monitorização rigorosas, a mais dados desagregados e com mais qualidade, e a objetivos e metas que sejam mensuráveis e adaptáveis. Descrevi várias ações transformativas que se aplicariam a todos os países.

37. Muitas vozes contribuíram para este debate, e existiram contribuições importantes de várias partes interessadas.

(a) Pessoas de todo o mundo expressaram as suas opiniões através de consultas e esforços de divulgação sem precedentes de grupos organizados da sociedade civil, assim como do debate global liderado pelo Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento “**Um milhão de vozes: o mundo que queremos, Concretizar a Agenda Pós-2015: oportunidades aos níveis**

- nacional e local”, e o Inquérito “MY World” (O Meu Mundo).** Milhões de pessoas, em particular jovens, participaram nestes processos, através de consultas nacionais, temáticas e online, e de inquéritos, tal como refletido no **Global Youth Call** e no resultado da **65.ª Conferência Anual do DPI ONU/ONG**. O compromisso direto e ativo dos deputados, empresas e da sociedade civil também foi essencial.
- (b) Os líderes do **Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015** apelou a cinco “mudanças transformativas” que não deixem ninguém para trás através 1) da erradicação da pobreza extrema; 2) da colocação do desenvolvimento sustentável no centro; 3) da transformação das economias para que existam trabalhos dignos e crescimento inclusivo; 4) do desenvolvimento de sociedades pacíficas, assim como da governação aberta, transparente e responsável; e 5) do estabelecimento de uma nova parceria mundial para o desenvolvimento sustentável.
- (c) Os académicos e os cientistas reunidos na **Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável** recomendaram a adopção de uma agenda baseada na ciência e orientada para a acção, integrando quatro dimensões interdependentes do desenvolvimento sustentável (económica, social, ambiental e governação).
- (d) A principal função das empresas na agenda pós-2015 foi condensada no relatório do **Pacto Global da ONU**. As empresas estão prontas para mudar a forma como fazem negócios e contribuir através da transformação dos mercados a partir do seu interior e tornar a produção, o consumo e a distribuição do capital mais inclusiva e sustentável.
- (e) O relatório das **Comissões Regionais** destacou a importância dos esforços regionais na adaptação dos objetivos e das prioridades de política acordados a nível mundial às realidades específicas a nível nacional.
- (f) As experiências e as competências do sistema da ONU foram evidenciadas no relatório da **Equipa de Trabalho do Sistema das Nações Unidas** sobre a Agenda Pós-2015 e no trabalho da Equipa de Apoio Técnico (TST).
- (g) Ao nível mais alto, a liderança e a orientação foram obtidas através do **Conselho de Coordenação dos Chefes de Secretariado dos Organismos das Nações Unidas**.
- (h) Os membros do **Painel de Alto Nível para a Sustentabilidade Mundial** recomendaram uma via sustentável para melhorar o bem-estar, promover a justiça mundial, reforçar a igualdade de género e preservar os sistemas de apoio à vida da Terra para as gerações futuras.

38. Durante 2014, os Estados-Membros trocaram opiniões e consolidaram as suas ideias através do trabalho das atuais entidades para o desenvolvimento da ONU. O **ECOSOC** e as suas comissões funcionais e regionais, comités e organismos especialistas identificaram os potenciais

elementos do quadro de monitorização e de análise pós-2015 e exploraram como adaptar o sistema de desenvolvimento da ONU e as suas atividades operacionais para dar resposta a mudanças no panorama do desenvolvimento. O **Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento** forneceu um espaço de política útil para as partes interessadas debaterem as implicações de uma agenda unificada e universal, a parceria mundial, as modalidades para uma análise e monitorização mais eficazes, assim como ações concretas dos parceiros da cooperação para o desenvolvimento a sul sobre desafios comuns. Desde a sua sessão inaugural, em 2013, que o **Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável** (HLPF) direcionou a sua atenção para a agenda pós-2015, com os líderes a apelarem a uma abordagem coerente e assinalando o importante papel que o Fórum pode ter na análise e na monitorização.

39. Agora, em finais de 2014, observamos positivamente a conclusão dos processos intergovernamentais estabelecidos na Conferência Rio+20.

40. Numa série de **diálogos estruturados sobre tecnologia** na Assembleia-Geral<sup>iv</sup>, foram consideradas possíveis disposições para um mecanismo de facilitação para promover o desenvolvimento, a transferência e a disseminação de tecnologias limpas e ambientalmente sensatas.

41. O **Comité Intergovernamental de Especialistas sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável** apresentou o seu relatório sobre opções para uma estratégia eficaz para o financiamento do desenvolvimento sustentável, em Agosto de 2014.<sup>v</sup> O Comité propôs um conjunto com mais de 100 opções para os responsáveis pela elaboração de políticas, juntamente com recomendações para uma parceria global que abarca aspetos-chave da assistência, comércio, dívida, tributação e estabilidade do mercado financeiro. Recomendou estratégias de financiamento individuais próprias aos países, fundamentadas na capacitação de ambientes políticos nacionais, e complementadas por um ambiente facilitador internacional reformado. Reconheceu que todas as fontes de financiamento teriam de ser usadas, públicas e privadas, nacionais e internacionais.

42. Durante 2014, o **Presidente da Assembleia-Geral** convocou uma série de reuniões importantes. Estas incluíram **três eventos de alto nível** sobre as contribuições das mulheres, jovens e da sociedade civil; sobre os direitos humanos e o Estado de direito; e sobre as contribuições Norte-Sul, Sul-Sul e a cooperação triangular e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o desenvolvimento. **Foram realizados três debates temáticos** sobre o papel das parcerias, sobre como garantir sociedades estáveis e pacíficas, e sobre a água,

saneamento e energia sustentável. Estes foram seguidos por um Diálogo sobre a Responsabilidade na Assembleia-Geral e em cada região sob os auspícios da respetiva Comissão Regional das Nações Unidas. Em Setembro de 2014, o Presidente convocou um **Evento de Avaliação de Alto Nível sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015**.<sup>vi</sup>

43. Mais importante, o **Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio** apresentou os resultados das suas deliberações históricas, em Julho de 2014, fornecendo uma narrativa fundada no documento final da Conferência Rio+20 e enfatizando a erradicação da pobreza, a sustentabilidade ambiental, o crescimento inclusivo, a igualdade e uma agenda centrada nas pessoas para o desenvolvimento sustentável.

44. Depois de mais de um ano de deliberações consultivas intensas e inclusivas, o Grupo de Trabalho Aberto propôs 17 objetivos específicos com 169 metas associadas<sup>vii</sup>, que descreveu como "orientados para a ação, globais por natureza e universalmente aplicáveis", considerando várias realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento. Procurou combinar metas mundiais ambiciosas com metas específicas aos países a definir a nível nacional.

45. Para além de reforçar o compromisso com os ODM inacabados, os ODS abrem novos caminhos com objetivos sobre as desigualdades, crescimento económico, trabalhos dignos, cidades e estabelecimentos humanos, industrialização, energia, alterações climáticas, consumo e produção sustentáveis, paz, justiça e instituições. A dimensão ambiental da agenda é articulada ao longo da agenda. Os ODS são apoiados com um objetivo sobre as parcerias mundiais para os meios de implementação.

46. Serão necessários mecanismos para analisar a implementação dos objetivos, e a disponibilidade e o acesso aos dados têm de ser melhorados, incluindo a desagregação das informações por sexo, idade, etnia, estatuto migratório, deficiência, localização geográfica, e outras características relevantes para os contextos nacionais.

47. Por último, o recente relatório do meu **Grupo Consultivo de Peritos Independentes sobre a Revolução dos Dados para o Desenvolvimento Sustentável** apelou à resolução de lacunas de dados importantes entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, entre as pessoas ricas em informações e as pobres em informações, e entre os sectores privado e público. Sublinhou a importância do aumento do acesso a dados de qualidade, à resolução de desigualdades nas áreas de acesso a informações, à literacia de dados, à promoção do espaço cívico e à melhoria da partilha de dados e

informações. Também apelou ao reforço das instituições nacionais para que possuam capacidades em estatística e interligação com as novas tecnologias.

## 2.1 **Ambições partilhadas para um futuro partilhado**

48. Ao longo de todas estas contribuições e marcos, emergiu um entendimento comum de que deve existir uma **agenda universal**. A humanidade enfrenta os mesmos desafios mundiais. Os problemas atuais transcendem fronteiras e mesmo nos países mais ricos pode existir privação e exclusão. A universalidade implica que todos os países terão de mudar, cada um com a sua abordagem própria, mas cada um com um sentido de bem comum global. A universalidade é o atributo central dos direitos humanos e da justiça intergeracional. Leva-nos a pensar em termos de responsabilidades partilhadas para um futuro partilhado. Exige coerência em termos de políticas. A universalidade incorpora uma nova parceria global para o desenvolvimento sustentável no espírito da Carta das Nações Unidas.

49. Todas as vozes apelaram a uma agenda **centrada nas pessoas e sensível ao planeta** para garantir a dignidade humana, a igualdade, a gestão ambiental, economias saudáveis, libertação de situações de carência e de medo, e uma parceria global renovada para o desenvolvimento sustentável. Lidar com as alterações climáticas e fomentar as agendas do desenvolvimento sustentável são dois lados da mesma moeda que se reforçam mutuamente. Para alcançar estes fins, todos apelaram a uma agenda pós-2015 **transformacional e universal**, sustentada pela ciência e evidências, e desenvolvida com base nos princípios dos direitos humanos e do Estado de direito, igualdade e sustentabilidade.

50. Todas as contribuições sublinharam que devemos continuar o caminho dos ODM. Mas também enfatizaram que os Estados-Membros terão de colmatar **lacunas** importantes do **desenvolvimento sustentável** deixadas pelos ODM, como os aspetos multidimensionais da pobreza, trabalho digno para os jovens, proteção social e direitos laborais para todos. Exigiram cidades inclusivas e sustentáveis e infra-estruturas e industrialização. Exigiram o reforço da governação eficaz, responsável, participativa e inclusiva; da liberdade de expressão, informação e associação; de sistemas de justiça justos; e de sociedades pacíficas e da segurança pessoal para todos.

51. Todas as vozes exigiram que **não deixássemos ninguém para trás**, garantindo igualdade, não discriminação, equidade e inclusão em todos os níveis. Temos de dar uma atenção especial às pessoas, grupos e países com mais necessidades. Este é o século das mulheres: não

concretizaremos todo o nosso potencial se metade da humanidade continuar a sofrer limitações. Temos também de incluir os pobres, as crianças, os adolescentes, os jovens e os idosos, assim como os desempregados, as populações rurais, os habitantes de bairros de lata, pessoas portadoras de deficiência, povos indígenas, migrantes, refugiados e pessoas deslocadas, grupos vulneráveis e minorias. Estes também incluem as pessoas afetadas pelas alterações climáticas, as pessoas que vivem nos PMA, países sem litoral, pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento, países de rendimentos médios, países com conflitos ou em áreas ocupadas, em lugares afligidos por estados de emergência humanitários e médicos complexos ou em situações afetadas pelo terrorismo. E exigiram o fim de todas as formas de desigualdade de género, da discriminação baseada no género e da violência contra as mulheres, crianças e jovens rapazes e raparigas.

52. O debate público sublinhou a necessidade urgente de reconhecer e abordar o défice de confiança entre os governos, instituições e pessoas. Proporcionar um ambiente facilitador para desenvolver **sociedades inclusivas e pacíficas**, garantir a coesão social e o respeito do Estado de direito exigirá a redefinição das instituições a nível nacional para garantir que os êxitos da paz não são invertidos.

53. Todos anseiam por medidas para **abordar as alterações climáticas**, acelerar a redução das emissões de gases com efeito de estufa, e manter o aumento da temperatura média mundial abaixo de 2 graus Celsius com base na equidade para as gerações presentes e futuras e de acordo com responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respetivas capacidades.

Todos pretendem também **preservar os nossos oceanos, recursos marinhos, ecossistemas terrestres e florestas**.

54. Todos fazem um apelo a **transformações significativas das nossas economias**. Apela-se a que os nossos padrões de crescimento sejam mais inclusivos, contínuos e sustentáveis. As pessoas querem trabalhos dignos, proteção social, sistemas agrícolas robustos e prosperidade rural, cidades sustentáveis, industrialização inclusiva e sustentável, e infra-estruturas flexíveis e energia sustentável para todos. Estas transformações também vão ajudar a lidar com as alterações climáticas. Ouvimos também fortes apelos à reforma do comércio internacional, à garantia de regulação eficaz dos mercados e dos atores financeiros, e para que sejam tomadas medidas vigorosas para combater a corrupção, desacelerar fluxos financeiros ilícitos, combater o branqueamento de capitais e a evasão fiscal, e recuperar ativos furtados e escondidos.



55. Todas as contribuições sublinharam a necessidade de **integrar as dimensões económica, social e ambiental na nova agenda**. Para que isto aconteça, pretendem uma coerência de política baseada em normas a todos os níveis, uma reforma correspondente dos mecanismos de governação global, e **uma parceria global efetiva renovada** para o desenvolvimento sustentável. Estes aspetos, dizem, devem ser baseados na solidariedade, na cooperação, na responsabilidade mútua e na participação dos governos e de todas as partes interessadas.

56. Todos exigiram um **quadro de análise e monitorização rigoroso e participativo** para responsabilizar os governos, empresas e organizações internacionais perante as pessoas pelos resultados e para garantir que não são causados danos ao planeta. E exigiram uma **revolução dos dados** para que as informações e os dados estejam mais disponíveis, mais acessíveis e sejam mais amplamente desagregados, assim como objetivos e metas mensuráveis e um mecanismo participativo para rever a implementação aos níveis nacional, regional e mundial.

### 3. Enquadramento da nova agenda

*"Ultrapassar a pobreza não é um serviço de caridade, é um ato de justiça. Tal como a escravatura e o apartheid, a pobreza não é natural. É artificial e pode ser ultrapassada e erradicada pelas ações dos seres humanos. Por vezes, cabe a uma geração ser excepcional. Vocês podem ser essa geração. Deixem a vossa grandeza florescer."* Nelson Mandela

#### 3.1 Preparar o terreno

57. Neste momento, está a ser implementado um percurso realmente universal e transformacional. Desde a Cimeira de 2010 sobre os ODM, à Conferência Rio+20, e ao resultado do Grupo de Trabalho Aberto,<sup>viii</sup> emergiu uma visão consideravelmente consistente.

58. Uma vez que a dignidade humana e a sustentabilidade do planeta não podem ser reduzidas a uma simples fórmula, porque os seus elementos constitutivos são tão interdependentes, e porque o desenvolvimento sustentável é um fenómeno complexo, a proposta do Grupo de Trabalho Aberto de um conjunto de objetivos e metas tão abrangente deve recebida como um passo importante na procura da comunidade internacional por soluções eficazes para uma agenda global cada vez mais complexa.

59. Como Secretário-Geral das Nações Unidas, acolho com agrado o resultado produzido pelo Grupo de Trabalho Aberto (Tabela 1). Felicito a liderança e todos aqueles que participaram neste trabalho pioneiro. Considero um aspeto positivo a decisão tomada pela Assembleia-Geral para que a proposta do Grupo seja a base principal para o processo intergovernamental pós-2015.

60. Nos próximos meses, os Estados-Membros das Nações Unidas negociarão os parâmetros finais da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável Pós-2015. Esta Agenda deve incluir uma narrativa convincente e íntegra, baseada nos resultados das principais conferências mundiais, incluindo a Cimeira do Milénio, a Cimeira de 2005, a Cimeira de 2010 sobre os ODM, o resultado da Conferência Rio+20, e as vozes das pessoas tal como transmitidas no processo pós-2015. A Agenda deve também apelar a uma consistência plena com os atuais compromissos políticos e as obrigações existentes no âmbito do direito internacional. Deve incluir objetivos concretos juntamente com metas mensuráveis e alcançáveis. Isto deve demonstrar a inter-relação importante entre os objetivos e as metas. Mais importante, deve responder aos desafios de capacidade dos países com recursos diversos e instituições

mais fracas. Os países não devem ser demasiado sobrecarregados por uma agenda que cria desafios adicionais em vez de aliviar os fardos. A Agenda exigirá compromissos sérios para o financiamento e outros meios de implementação, incluindo aqueles que serão acordados em Addis Ababa, em Julho de 2015, e em Paris, em Dezembro de 2015. E deve incluir mecanismos públicos inclusivo a todos os níveis para a apresentação de relatórios, monitorização do progresso, lições aprendidas e garantia de responsabilidade mútua.

Tabela 1. Objetivos de desenvolvimento sustentáveis

Objectivo 1	Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo
Objectivo 2	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
Objectivo 3	Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades
Objectivo 4	Assegurar o ensino de qualidade inclusivo e equitativo e promover oportunidades de formação contínua para todos
Objectivo 5	Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e crianças
Objectivo 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos
Objectivo 7	Garantir o acesso à energia a preços acessíveis, fiável, sustentável e moderna para todos
Objectivo 8	Promover o crescimento económico contínuo, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
Objectivo 9	Desenvolver infra-estruturas flexíveis, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objectivo 10	Reduzir as desigualdades dentro e entre os países
Objectivo 11	Tornar as cidades e os estabelecimentos humanos inclusivos, seguros, flexíveis e sustentáveis
Objectivo 12	Assegurar padrões de consumo e de produção sustentáveis
Objectivo 13	Tomar ações urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos*
Objectivo 14	Conservar e usar os oceanos, os mares e os recursos marinhos de modo sustentável para o desenvolvimento sustentável
Objectivo 15	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e parar e inverter a degradação das terras e parar a perda da biodiversidade
Objectivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e desenvolver instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
Objectivo 17	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria mundial para o desenvolvimento sustentável

*\* Reconhecendo que a Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas é o principal fórum internacional intergovernamental para negociar a resposta mundial às alterações climáticas.*

Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia-Geral sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (A/68/970).

61. O sucesso também dependerá do poder da nova agenda para inspirar e mobilizar atores essenciais, novas parcerias, públicos-chave e um grupo de cidadãos mais alargado. Para isto, precisamos de uma agenda que se identifique com as experiências e as necessidades das pessoas e que possa ser compreendida e adotada. A agenda e os objetivos devem também ser recebidos a nível nacional de uma forma que assegure a transição dos ODM para a agenda do desenvolvimento sustentável mais alargada e mais transformativa e se torne efetivamente numa parte integrante das visões e planos nacionais e regionais.

62. Relativamente a isto, devemos lembrar e observar o mandato concedido à Assembleia-Geral pelos Estados-Membros na Conferência Rio+20, onde declararam que os "ODS devem ser orientados para a acção, concisos e fáceis de comunicar, limitados em número,

*ambiciosos, globais por natureza e universalmente aplicáveis a todos os países, ao mesmo tempo que consideram diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitem as políticas e prioridades nacionais" (parágrafo 247).*

63. Os Estados-Membros concordaram que a agenda definida no Grupo de Trabalho Aberto é a base principal para o processo intergovernamental pós-2015. Temos agora a oportunidade de enquadrar os objetivos e as metas de uma forma que reflita a ambição de uma agenda universal e transformativa. Registo, em particular, a possibilidade de manter os 17 objetivos e reorganizá-los de uma forma focada e concisa que torne possível a sensibilização global necessária e a implementação a nível nacional.

### **3.2 Uma abordagem transformacional**

64. Pretendo propor um grupo integrado de seis elementos essenciais que, considerados em conjunto, terão como objetivo facilitar as deliberações dos Estados-Membros antes da Cimeira especial sobre o desenvolvimento sustentável, em Setembro de 2015, e permitir que cheguem a uma agenda concisa e ambiciosa mandatada pela Conferência Rio+20.

65. Os elementos essenciais sublinham a urgência de um apelo universal para se chegar a um compromisso sobre um conjunto de princípios que, aplicados em conjunto, possam produzir uma transformação realmente universal do desenvolvimento sustentável. Assim, à medida que implementamos a nova agenda, temos:

- de nos comprometer com uma abordagem universal e com soluções que abordem todos os países e todos os grupos;
- de integrar a sustentabilidade em todas as atividades e ser diligentes com os impactos económicos, ambientais e sociais;
- de abordar as desigualdades em todas as áreas, concordando que um objetivo ou meta só deve ser considerado se satisfazer todos os grupos sociais e económicos;
- de garantir que todas as ações respeitam e promovem os direitos humanos, em plena coerência com as normas internacionais;
- de abordar os motores das alterações climáticas e as suas consequências;
- de basear a nossa análise em dados e evidências credíveis, melhorando a capacidade, disponibilidade, desagregação, literacia e partilha de dados;
- de expandir a nossa parceria mundial para os meios de implementação para obter um efeito máximo e participação plena, incluindo várias partes interessadas, coligações baseadas em problemas existentes; e

- de ancorar o novo pacto num compromisso renovado com a solidariedade internacional, relacionado com a capacidade de cada país em contribuir.

### 3.3. Seis elementos essenciais para concretizar os ODS

66. Os seguintes seis elementos essenciais ajudariam a enquadrar e a reforçar a natureza universal, integrada e transformativa da agenda para o desenvolvimento sustentável e a garantir que a ambição expressa pelos Estados-Membros no resultado do Grupo de Trabalho Aberto traduz, comunica e é fornecida a nível nacional (Figura 1).

Figura 1. Seis elementos essenciais para a concretização dos ODS



#### ***Dignidade: erradicar a pobreza e combater as desigualdades***

67. Erradicar a pobreza até 2030 é o objetivo abrangente da agenda para o desenvolvimento sustentável. Vivemos num mundo de abundância e num momento de grandes promessas científicas. E, mesmo assim, para centenas e centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, esta é também uma era de privação torturante. O desafio determinante do nosso tempo é colmatar a lacuna existente entre a nossa determinação para assegurar uma vida de dignidade para todos e a realidade da pobreza persistente e do aprofundamento das desigualdades.

68. Apesar de termos feito progressos importantes nos últimos anos, lidar com as desigualdades de género e concretizar os direitos das mulheres continua a ser um desafio-chave em todas as regiões do

mundo. Neste momento, é aceite que nenhuma sociedade pode alcançar o seu pleno potencial se segmentos inteiros dessa sociedade, em particular os jovens, forem excluídos de participar, contribuir e beneficiar do desenvolvimento. Outras dimensões da desigualdade continuam a persistir e, em alguns casos, pioraram. Em particular, a desigualdade de rendimentos é um dos aspetos mais visíveis de um problema mais abrangente e complexo, que implica a desigualdade de oportunidades. Este é um desafio universal que o mundo inteiro deve abordar. A agenda deve acomodar as vozes das mulheres, jovens e minorias, procurar o consentimento informado prévio dos povos indígenas, eliminar obstáculos à participação plena das pessoas portadoras de deficiência, idosos, adolescentes e jovens e capacitar os pobres. Não deve excluir os migrantes, refugiados, pessoas deslocadas ou pessoas afetadas por conflitos e ocupações.

***Pessoas: assegurar vidas saudáveis, conhecimento e a inclusão das mulheres e crianças***

69. Milhões de pessoas, em particular mulheres e crianças, foram deixadas para trás no trabalho inacabado dos ODM. Temos de garantir que as mulheres, jovens e crianças têm acesso a todos os serviços de saúde. Temos de garantir a tolerância zero relativamente à violência ou exploração de mulheres e crianças. As mulheres e crianças devem possuir igualdade de acesso aos serviços financeiros, e o direito de possuir terras e outros bens. Todas as crianças e adolescentes têm o direito à educação e devem desfrutar de um ambiente seguro para aprenderem. O desenvolvimento humano é também o respeito pelos direitos humanos.

70. A agenda deve abordar a cobertura universal, o acesso e os preços acessíveis dos cuidados de saúde; acabar com as mortes maternas, de recém-nascidos e de crianças evitáveis; garantir a disponibilidade de medicamentos essenciais; alcançar os direitos e a saúde reprodutiva das mulheres; assegurar a cobertura da imunização; erradicar a malária e alcançar a visão de um futuro sem SIDA e tuberculose; reduzir o fardo das doenças não transmissíveis, incluindo a doença mental, lesões no sistema nervoso e acidentes rodoviários; e promover comportamentos saudáveis, incluindo os relacionados com a água, saneamento e higiene.

71. Hoje, mais do que nunca, as realidades de 1,8 mil milhões de jovens e adolescentes representam um motor de mudança dinâmico, informado e globalmente ligado. Integrar as suas necessidades, direitos e vozes na nova agenda, será um fator essencial do sucesso. É essencial que os jovens recebam competências relevantes e educação de alto nível

e formação contínua, desde o desenvolvimento da primeira infância à escolaridade pós-primária, incluindo competências para a vida e ensino e formação profissional, assim como em ciências, desporto e cultura. Os professores devem possuir os meios para fazer a aprendizagem e transmitir conhecimentos num local de trabalho global seguro, impulsionado pela tecnologia.

***Prosperidade: desenvolver uma economia sólida, inclusiva e transformativa***

72. O crescimento económico deve conduzir à prosperidade partilhada. Desta forma, o vigor de uma economia deve ser avaliado através da medida em que satisfaz as necessidades das pessoas e da forma sustentável e igualitária como o faz. Precisámos de crescimento inclusivo, baseado no trabalho digno, nos meios de subsistência, que aumente os rendimentos reais para todos e que seja avaliado de uma forma que vá para além do PIB e que considere o bem-estar humano, a sustentabilidade e a igualdade. Garantir que todas as pessoas, incluindo as mulheres, pessoas portadoras de deficiência, jovens, idosos e migrantes possuem emprego digno, proteção social e acesso a serviços financeiros, será a imagem de marca do sucesso económico.

73. A inovação e os investimentos em infra-estruturas sustentáveis e flexíveis, os povoados, a industrialização, as pequenas e médias empresas, a energia e a tecnologia podem gerar emprego e solucionar tendências ambientais negativas. Um sector privado capacitado, corretamente regulado, responsável e lucrativo é fundamental para o emprego, salário mínimo, crescimento e receitas para programas públicos. Transformar os modelos de negócio para criar valores partilhados é vital para desenvolver economias sustentáveis e inclusivas.

74. A riqueza mundial em recursos naturais também fornece uma oportunidade económica formidável, se não for traduzida somente em termos de crescimento de PIB mas de prosperidade partilhada. As abordagens sustentáveis à gestão das paisagens (incluindo agricultura e florestas), industrialização (incluindo capacidade de produção e manufatura), acesso à energia, água e saneamento, são impulsionadores-chave da produção e consumo sustentáveis, da criação de emprego, assim como do crescimento sustentável e igualitário. São impulsionadoras da gestão sustentável dos recursos naturais e consideram as alterações climáticas.

***Planeta: proteger o nosso ecossistema para todas as sociedades e as nossas crianças***

75. Para respeitar as nossas fronteiras planetárias temos de abordar as alterações climáticas de forma honesta, travar a perda de biodiversidade e lidar com a desertificação e o uso insustentável da terra.

Temos de proteger a vida selvagem, preservar as florestas e as montanhas e reduzir o risco de desastres e desenvolver capacidades de recuperação. Temos de proteger os nossos oceanos, mares, rios e atmosfera, assim como o nosso património mundial, e alcançar a justiça climática. Temos de promover a agricultura, pescas e sistemas alimentares sustentáveis; fomentar a gestão sustentável dos recursos hídricos, e dos resíduos e produtos químicos; fomentar as energias renováveis e mais eficientes; separar o crescimento económico da degradação ambiental; fazer progressos na industrialização sustentável e nas infra-estruturas flexíveis; garantir o consumo e a produção sustentáveis; e alcançar a gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e terrestres e do uso da terra.

76. O desenvolvimento sustentável está em risco uma vez que as evidências mostram que o aquecimento do sistema climático é inegável e que as atividades humanas são a sua causa principal. Temos de limitar a temperatura mundial a um aumento abaixo dos 2 graus Celsius se queremos evitar os piores efeitos das alterações climáticas. O dióxido de carbono é o maior responsável pelas alterações climáticas induzidas pelo ser humano. O uso de combustíveis fósseis e a deflorestação são as suas duas principais fontes. O aumento do aquecimento fará com que os impactos irreversíveis, dominantes e graves sejam mais prováveis. Quanto mais esperarmos para tomar medidas no sentido da produção e consumo sustentáveis, mais custará resolver o problema e maiores serão os desafios tecnológicos. A adaptação pode reduzir alguns riscos e impactos das alterações climáticas. Temos, urgentemente, de adotar um acordo climático universal e significativo até finais de 2015.

***Justiça: promover sociedades seguras e pacíficas e instituições sólidas***

77. A governação eficaz para o desenvolvimento sustentável exige que as instituições públicas em todos os países e a todos os níveis sejam inclusivas, participativas e responsáveis perante as pessoas. As leis e as instituições devem proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Ninguém deve sentir medo nem ser vítima de violência ou discriminado. Sabemos também que a democracia participativa, e sociedades livres, seguras e pacíficas são facilitadores e consequência do desenvolvimento.

78. O acesso a sistemas de justiça justos, instituições responsáveis de governação democrática, medidas para combater a corrupção e conter os fluxos financeiros ilícitos e meios para proteger a segurança pessoal são inseparáveis do desenvolvimento sustentável. Deve ser assegurado um ambiente facilitador sob o Estado de direito para que exista um compromisso livre, ativo e significante da sociedade civil e dos defensores das vozes das mulheres,



minorias, grupos de LGBT, povos indígenas, jovens, adolescentes e idosos. A liberdade de imprensa e o acesso à informação, a liberdade de expressão, de reunião e de associação são facilitadores do desenvolvimento sustentável. A prática do casamento infantil, precoce e forçado deve ser terminada em todo o mundo. O Estado de direito deve ser fortalecido aos níveis nacional e internacional, para garantir a justiça para todos.

79. Temos de reconstruir e reintegrar melhor as sociedades depois de crises e conflitos. Temos de abordar a fragilidade do Estado, apoiar as pessoas deslocadas a nível interno e contribuir para a resiliência das pessoas e comunidades. A reconciliação, a construção da paz e o desenvolvimento do Estado são fundamentais para os países ultrapassarem a fragilidade e desenvolverem sociedades coesas e instituições sólidas. Estes instrumentos são essenciais para reter os ganhos do desenvolvimento e evitar regressões no futuro.

***Parceria: catalisar a solidariedade mundial para o desenvolvimento sustentável***

80. Deve ser desenvolvida uma parceria global revitalizada para o desenvolvimento sustentável com base nos fundamentos acordados na Declaração do Milénio e em Monterrey e Joanesburgo. Deve ser eficaz para mobilizar os meios e criar o ambiente para implementar a nossa agenda. A mobilização do apoio para implementar a nova e ambiciosa agenda exigirá vontade política e ação de todas as frentes: nacionais e internacionais, públicas e privadas, através da assistência e comércio, tributação e investimento.

81. A implementação não é só sobre quantidade. É também sobre fazer coisas em conjunto, unidos em torno do problema. As parcerias inclusivas devem ser um aspeto essencial da implementação, a todos os níveis: mundial, regional, nacional e local. Sabemos em que medida isto pode ser transformativo. Os objetivos do desenvolvimento sustentável fornecem uma plataforma para alinhar as ações privadas e as políticas públicas. As parcerias transformativas são desenvolvidas com base em princípios e valores, uma visão partilhada e objetivos partilhados: colocar as pessoas e o planeta no centro. Incluem a participação de todas as partes interessadas relevantes. A responsabilização mútua está no centro. Isto significa parcerias públicas-privadas-pessoas baseadas em princípios e responsáveis.

**3.4. Integrar os seis elementos essenciais**

82. O desenvolvimento sustentável deve ser uma agenda integrada para as soluções económicas, ambientais e sociais. A sua força está na interligação das duas

dimensões. Esta integração fornece a base para modelos económicos que beneficiam as pessoas e o ambiente; para soluções ambientais que contribuem para o progresso; para abordagens sociais que contribuem para o dinamismo económico e permitem a preservação e o uso sustentável do bem comum ambiental; e para reforçar os direitos humanos, a igualdade e a sustentabilidade. Responder a todos os objetivos como um todo coeso e integrado será essencial para assegurar as transformações necessárias em grande escala.

83. A agenda em si reflete o quadro alargado dos direitos humanos internacionais, incluindo elementos de direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos, assim como o direito ao desenvolvimento. São definidas metas específicas para os grupos desfavorecidos. Os indicadores terão de ser amplamente desagregados em todos os objetivos e metas.

84. Os elementos essenciais são ainda mais integrados através da aplicação do princípio da universalidade. Ao abordá-los em todos os países e com todas as pessoas, consideramos a interdependência ambiental, económica e social, ao mesmo tempo que também reconhecemos as realidades de necessidades e capacidades nacionais diferenciadas.

85. Por último, o novo quadro proporciona uma oportunidade muito necessária para integrar a agenda mais alargada das Nações Unidas, com os seus objetivos de paz e segurança, de desenvolvimento e de direitos humanos inextricavelmente ligados e mutuamente interdependentes.

86. Tudo isto terá implicações importantes na forma como todos os parceiros procuram o desenvolvimento sustentável, exigindo transformações nas abordagens à liderança, coerência política, estratégia e colaboração. Terá também um efeito unificador benéfico na organização do trabalho no sistema da ONU aos níveis mundial, regional e nacional.

#### 4. Mobilizar os meios para implementar a nossa agenda

*"A Terra fornece o suficiente para satisfazer as necessidades de todas as pessoas, mas não a cobiça de todas as pessoas."* Mahatma Gandhi

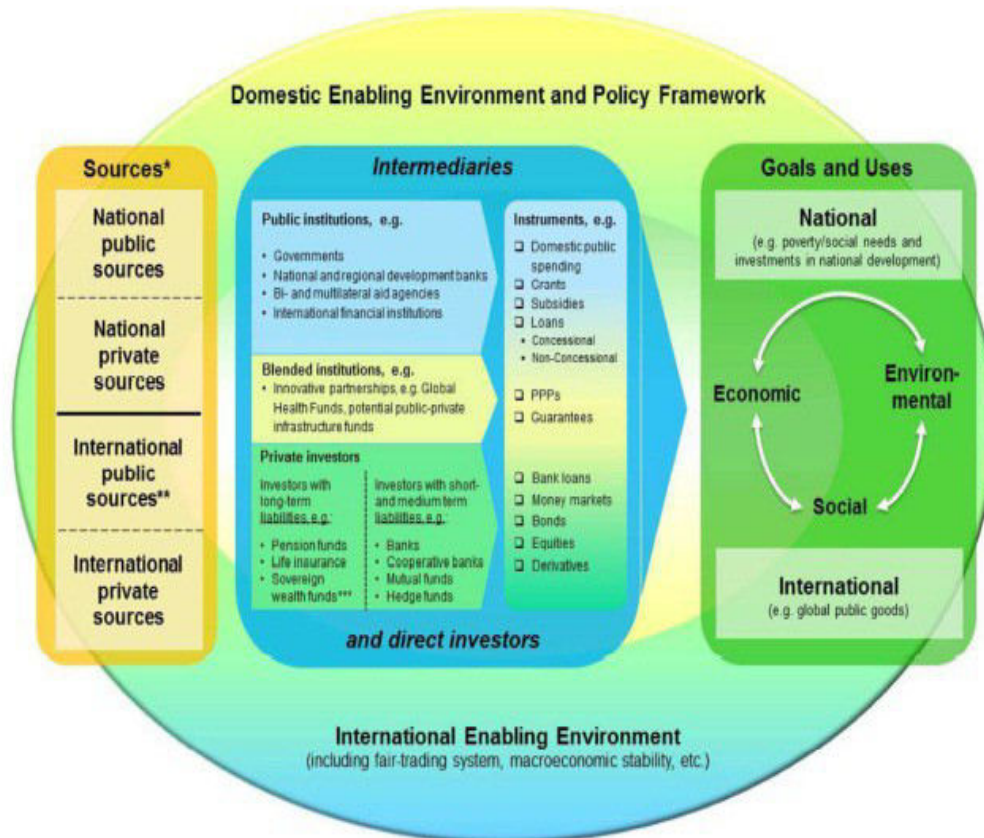
##### **Financiar o nosso futuro**

87. O desenvolvimento sustentável é um desafio complexo, com requisitos urgentes que resultaram em enormes necessidades de financiamento. Os meios para financiar os objetivos acordados não serão encontrados numa solução, nem terão origem num conjunto de atores. Todos os fluxos de financiamento têm de ser otimizados no sentido do desenvolvimento sustentável e coordenados para que tenham um maior impacto. Uma agenda para o desenvolvimento integrada exige um quadro de financiamento igualmente sinérgico. Os governos devem trabalhar para **alinhar melhor os quadros de financiamento** que desenvolveram em resultado de duas principais tendências do debate sobre o desenvolvimento – os processo de Monterrey e do Rio. Além disto, os governos devem também lembrar-se da necessidade de coerência e de alinhamento com o financiamento do combate às alterações climáticas (Figura 1).

88. O diálogo mundial sobre o financiamento do desenvolvimento sustentável está a progredir. O Grupo de Trabalho Aberto propôs várias metas sobre meios de implementação. O Comité Intergovernamental de Especialistas sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável apresentou opções de política, organizadas em torno de diferentes correntes de financiamento: pública nacional, privada nacional, pública internacional, privada internacional e financiamento combinado. Estas correntes abordam as facetas pública, privada, nacional e internacional do desafio do financiamento para angariar recursos novos e adicionais, redistribuir os existentes e criar um ambiente facilitador de apoio. A criação de novas instituições de cooperação Sul-Sul, como o Banco BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infra-Estruturas, representam novas oportunidades para financiar os investimentos no desenvolvimento sustentável.<sup>ix</sup>

89. **Acolho com agrado as opções de política apresentadas pelo Comité e encorajo os países a serem mais ambiciosos e a melhorar a especificidade para satisfazer as exigências da nova agenda.** Com esta finalidade, enquanto os Estados-Membros se preparam para Addis Ababa, caber-lhes-á definir um percurso concertado e ambicioso para o financiamento do desenvolvimento sustentável depois de 2015.

Figura 1. Fluxos de fundos de fontes de financiamento internacional e nacional para o desenvolvimento sustentável



\*O tamanho das caixas não representa os volumes/importância do financiamento. \*\*Podem existir casos onde o financiamento público internacional também apoia diretamente a implementação dos objetivos internacionais. \*\*\*Os fundos soberanos lidam com dinheiros públicos, mas são geridos como investidores privados.

Fonte: Relatório do Comité Intergovernamental de Especialistas sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (A/69/315).

90. Todos os fundos públicos devem ter um impacto positivo nas sociedades mais pobres e mais vulneráveis. A Assistência Pública ao Desenvolvimento (APD) e outros fundos públicos internacionais continuarão a ter um papel central e catalítico, em particular nos países vulneráveis, tal como irão uma abordagem estratégica e os progressos sistemáticos na utilização. Os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas devem honrar os seus compromissos de forma plena e atempada. A APD deve responder tanto ao trabalho inacabado dos ODM assim como abordar a transição para a nova agenda para o desenvolvimento sustentável. No atual debate sobre a modernização da APD, é necessário sublinhar a importância de um financiamento da APD mais eficaz e melhor direcionado. Isto deve incluir um foco maior nos países menos avançados,



países sem litoral em vias de desenvolvimento, pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento e países em situações vulneráveis.

91. A responsabilidade para angariar as receitas públicas nacionais necessárias para as principais funções económicas e sociais – por exemplo, para assegurar a proteção social básica e solucionar a exclusão – continua a ser, essencialmente, de cada governo nacional. As políticas e legislação nacionais devem consagrar recursos adequados e atempados para estes fins, enquanto as instituições públicas devem atuar no interesse público. Isto inclui políticas sólidas a nível ambiental e social, a promoção dos direitos humanos, instituições robustas e o Estado de direito. No entanto, os esforços nacionais têm de ser complementados por um ambiente internacional favorável.

92. São necessárias medidas urgentes para mobilizar, redirecionar e desbloquear o poder transformativo de biliões de dólares de recursos privados para concretizar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Os investimentos a longo prazo, incluindo o investimento direto estrangeiro (IDE), são necessários em sectores fundamentais, em particular nos países em desenvolvimento. Estes incluem a energia sustentável, as infra-estruturas e os transportes, assim como as tecnologias de informação e comunicação. O sector público terá de definir uma direção clara. A análise e a monitorização de quadros, regulamentos e estruturas de incentivo que permitem tais investimentos, devem ser remodeladas para atrair investimentos e reforçar o desenvolvimento sustentável. Os mecanismos de supervisão nacional, como as instituições superiores de auditoria, e as funções de supervisão do poder legislativo devem ser fortalecidos.

93. Os esforços para aumentar a eficácia da cooperação para o desenvolvimento têm de ser melhorados com base em princípios básicos do domínio nacional, no foco nos resultados, nas parcerias inclusivas, na transparência e na responsabilidade.

94. A descarbonização a longo prazo das nossas economias; o acesso à energia, água e alimentos; e a agricultura, indústria, infra-estruturas ou transportes sustentáveis serão, em última instância, alcançados através dos mesmos investimentos a nível de projeto. Para além disto, será importante considerar que muitos dos investimentos para concretizar os ODS serão obtidos a nível sub-nacional e liderados pelas autoridades locais.

95. Além disto, temos de progredir, com seriedade e celeridade, na correção das desigualdades que durante muito tempo afligiram o sistema internacional, prejudicando os países em vias de desenvolvimento. Precisamos de um sistema comercial multilateral mais igualitário, uma conclusão da ronda de Doha, e melhor acesso à tecnologia, aos medicamentos e aos investimentos a longo prazo para os países em vias de desenvolvimento. Precisamos de uma representação mais justa dos países emergentes e em vias de desenvolvimento na tomada de decisão financeira e económica internacional, melhor regulamentação e mais estabilidade nos sistemas monetários e financeiros internacionais, e soluções de dívida sustentáveis. Temos de continuar a corrigir a incoerência de política entre os modos atuais de governação internacional em questões de comércio, financeiras e de investimento, por um lado, e, por outro, as nossas normas e padrões para o trabalho, o ambiente, os direitos humanos, a igualdade e a sustentabilidade.

96. À medida que se prepara a 3.<sup>a</sup> Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Addis Ababa, existem expectativas elevadas para que sejam alcançados resultados concretos para o financiamento do desenvolvimento sustentável e que seja preparado o terreno para uma conclusão com êxito da COP21, em Paris.

**97. Encorajo os Estados-Membros a considerar e a chegarem a acordo, em particular, sobre o seguinte:**

98. **Todos os países desenvolvidos devem cumprir a meta de 0,7% e chegar a acordo sobre um calendário concreto para cumprir os compromissos da APD, incluindo os compromissos de Istambul para com os PMA de 0,15% do RNB até 2015.** É importante assegurar que a **proporção da APD aos PMA não diminui** mas que, pelo contrário, continua a aumentar, é melhor direcionada, mais eficiente, mais transparente e que alavanca recursos adicionais. É fundamental uma transição sem percalços dos países que ascendem do estatuto de países menos avançados para garantir que os mesmos percorrem uma trajetória facilitada para o desenvolvimento sustentável sem qualquer interrupção dos seus planos, programas e projetos de desenvolvimento. Devem ser definidas disposições para aumentar o financiamento para facilitar as capacidades para implementar reformas fiscais e, assim, melhorar a mobilização de recursos nacionais. Todos os outros compromissos internacionais também têm de ser cumpridos.

99. Qualquer esforço para **modernizar a APD e avaliar o financiamento do desenvolvimento** deve ser considerado num fórum aberto e transparente com a participação mais alargada possível de países doadores e beneficiários, assim como de outras partes interessadas relevantes.

100. **Os níveis de concessionalidade** devem considerar diferentes fases do desenvolvimento, circunstâncias e dimensões da pobreza, assim como o tipo particular de investimento feito.

101. Todos os países são encorajados a adotar as suas próprias **estratégias de financiamento nacionais do desenvolvimento sustentável** que considerem todos os fluxos de financiamento, com base no diálogo contínuo entre entidades governamentais relevantes e outras partes interessadas. Estas estratégias devem analisar e reforçar a política nacional, o ambiente jurídico e institucional e a coerência de política para o desenvolvimento sustentável. Todos os fluxos financeiros, incluindo o financiamento do combate às alterações climáticas, devem contribuir para desenvolver um envolvimento nacional mais forte e conduzir a um uso maior das estratégias e sistemas nacionais. Para ser eficaz, as partes da componente das estratégias de financiamento do desenvolvimento sustentável devem possuir canais de investimento associados. As visões, planos e orçamentos anuais nacionais e os quadros de despesa a médio prazo devem estar alinhados com as estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

102. **As políticas fiscais e macroeconómicas** devem incluir soluções de baixo carbono para o desenvolvimento sustentável e a necessidade de investir na adaptação e na resiliência. O preço do carbono, através de diferentes abordagens, deve ser uma consideração-chave. Os subsídios aos combustíveis fósseis prejudiciais, tanto diretos como indiretos, devem ser progressivamente eliminados. Os subsídios às exportações de produtos agrícolas devem ser eliminados.

103. **Os quadros regulamentares, os incentivos e os perfis de risco-rendimento** que permitem os investimentos privados e os modelos de negócio, assim como políticas de contratos públicos, devem ser alinhados com os ODS.

104. Todos os países devem considerar adotar políticas para encorajar **o investimento responsável e sério do financiamento privado** no desenvolvimento sustentável, e exigir às empresas que elaborem relatórios obrigatórios sobre as questões **Económicas, Ambientais, Sociais e de Governação (EASG)**, acompanhados de mudanças regulamentares que garantam que os incentivos aos investidores estão alinhados com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Para isto, serão necessários períodos de transição e apoio técnico, em particular para as pequenas e médias empresas.



105. Devemos trabalhar para assegurar que as **políticas de investimento estão alinhadas com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre os Negócios e Direitos Humanos, as principais normas laborais da OIT e as normas ambientais das Nações Unidas**. Devem também equilibrar de forma adequada as preferências do investidor com as necessidades das pessoas nos países onde operam.

106. As políticas são necessárias para estimular e apoiar o empreendedorismo e aumentar o **acesso ao financiamento para as pequenas e médias empresas**, incluindo através do uso dos bancos para o desenvolvimento e outros intermediários financeiros.

107. Os países devem esforçar-se por fornecer **acesso universal a serviços financeiros**, enfatizando o acesso inclusivo em termos de rendimentos, sexo, geografia, idade e outros grupos. As barreiras específicas do acesso ao financiamento pelas mulheres devem ser eliminadas. Devem alargar a literacia financeira e criar organizações de protecção do consumidor sólidas.

108. **As plataformas de financiamento combinado** podem ter um grande potencial, em particular onde existe o benefício para o sector público. Quando forem consideradas, é, no entanto, importante assegurar que estas disposições são sujeitas a salvaguardas para verificar que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Não devem substituir ou comprometer as responsabilidades do Estado na concretização das necessidades sociais. Tais políticas têm também de assegurar retornos justos para o público, ao mesmo tempo que incorporam considerações sociais, ambientais, laborais, de direitos humanos e de igualdade de género. Além disto, o risco deve ser gerido através da diversificação e do uso de vários projetos simultâneos, permitindo ganhos em alguns projetos para compensar perdas em outros.

109. Os Estados-Membros podem desejar convocar as **instituições financeiras internacionais para considerar a criação de um processo** para examinar a função, escala e funcionamento das instituições financeiras de desenvolvimento multilaterais e regionais para as tornar mais reativas à agenda para o desenvolvimento sustentável.

110. Enquanto os compromissos adicionais que foram feitos para o financiamento do combate às alterações climáticas devem ser honrados, o uso destes e de outros fluxos de financiamento não deve conduzir à fragmentação, mas antes a ligações transversais reforçadas e coerentes no âmbito dos pilares do desenvolvimento sustentável. Um grupo técnico de peritos deve ser encarregado do desenvolvimento

e da apresentação aos Estados-Membros de um **quadro coerente que justifique o financiamento do combate às alterações climáticas e a APD.**

111. A cooperação Sul-Sul e os esforços importantes de solidariedade das economias emergentes são encorajadores. **Mais países terão de se comprometer a aumentar a sua contribuição para o financiamento público internacional e definir metas e calendários para o executar.** Por sua vez, deve ser promovida **a assistência técnica Sul-Sul e a partilha de experiências** através de fóruns regionais.

112. Também encorajo fortemente os países a considerar o uso de **formas inovadoras de angariar recursos adicionais** para financiar o desenvolvimento sustentável a grande escala, com base em várias opções, incluindo, *inter alia*, vários mecanismos tributários (por ex., impostos sobre transações financeiras, impostos sobre as emissões de carbono, taxas sobre os bilhetes de avião) e não tributários (por e., e.g., licenças de emissão).

113. Temos de **reforçar a coordenação internacional das políticas macroeconómicas** das principais economias e da gestão da liquidez mundial, e considerar mais emissões sistemáticas de Direitos de Saque Especiais (DSE) para a assistência contínua e a gestão macroeconómica contra-cíclica.

114. Devemos implementar de forma vigorosa **regulamentos financeiros e adequados em todos os países**, uma vez que o risco de outra crise financeira global não foi suficientemente reduzido. Contudo, a elaboração de regulamentos tem de ter em consideração o seu impacto na inclusão financeira e os incentivos ao investimento no desenvolvimento sustentável.

115. **É urgente lidar de forma eficaz com os fluxos ilícitos.** Precisamos da implementação mais vigorosa da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, assim como medidas para ultrapassar impedimentos à devolução de ativos furtados. Os Estados-Membros devem considerar medidas para garantir as trocas de informações, a cooperação judicial e a criação de um **comité intergovernamental sobre a cooperação tributária**, sob os auspícios das Nações Unidas.

116. Devemos também aumentar os esforços internacionais para **reforçar as disposições para uma reestruturação da dívida soberana transparente, metódica e participativa.** Como

passo imediato, vamos reunir as autoridades relevantes e outras partes interessadas para desenvolver um fórum informal sobre a dívida soberana, ao mesmo tempo que damos continuidade aos debates em curso.

117. Devem intensificar-se os esforços para **reduzir os custos sobre a transferência de fundos**, de uma forma que respeite totalmente os direitos dos migrantes. Acolho com agrado o compromisso dos países do G20 para reduzir os custos médios mundiais das transferências de fundos para cinco por cento.

#### **4.2 Tecnologia, ciência e inovação para um futuro sustentável**

118. Vivemos num período sem precedentes em termos de inovação e mudança tecnológica. As novas tecnologias estão a desbloquear possibilidades para o desenvolvimento sustentável. As soluções que podem gerar e os níveis de acesso que podem possibilitar, serão cruciais para a nossa visão do mundo depois de 2015.

119. Contudo, o acesso a tecnologias ecológicas está atualmente distribuído de forma desigual, tanto dentro dos países como entre eles, com muitos países em vias de desenvolvimento basicamente deixados de fora. Grandes quantidades de recursos públicos são atribuídos a orçamentos militares, enquanto comparativamente menos é despendido na investigação e no desenvolvimento de bens públicos. O financiamento público muitas vezes subsidia a investigação no sector público, levando a que, por vezes, o público seja excluído dos benefícios através de licenciamentos e patentes desvantajosos. Isto também resulta em subsídios frequentes de inovações que não estão alinhadas com a promoção de padrões de consumo e de produção sustentáveis. Além disto, temos um longo caminho a percorrer para alcançar o nível necessário de participação de mulheres e raparigas na ciência, tecnologia (incluindo as TIC), engenharia e matemática no mundo do século XXI.

120. Um futuro sustentável exigirá a nossa atuação agora para eliminar progressivamente as tecnologias insustentáveis e para investir na inovação e no desenvolvimento de tecnologias limpas e relevantes para o desenvolvimento sustentável. Temos de garantir que têm um preço justo e que são amplamente disseminadas e suficientemente absorvidas, incluindo nos países em vias de desenvolvimento.

121. Os países em vias de desenvolvimento, e os PMA em particular, necessitarão do apoio que lhes permita beneficiar do acesso melhorado a estas tecnologias e, em última instância, a expandir a inovação e o desenvolvimento nacional de soluções tecnológicas próprias.

122. Historicamente, os progressos tecnológicos importantes resultaram muitas vezes de iniciativas impulsionadas por soluções de várias partes interessadas. Alcançar os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável também exigirá parcerias tecnológicas impulsionadas por soluções entre vários atores.

123. Temos de estabelecer modalidades eficazes para a cooperação de várias partes interessadas e a partilha de custos para a Investigação, Desenvolvimento, Demonstração e Difusão (IDD&D) das novas tecnologias entre todas as partes interessadas: sectores público, privado, sociedade civil, filantrópico, entre outros, e, inclusive, o conhecimento indígena. Temos de avançar para preparar iniciativas concretas, incluindo aquelas que alavancam a tecnologia, prontas para serem lançadas no início da nova agenda e definir objetivos tecnológicos arrojados e metas para a mobilização de recursos. E temos de facilitar o acesso aos benefícios da tecnologia para todos, incluindo os mais pobres, ao mesmo tempo que asseguramos que o regime de propriedade intelectual cria os incentivos certos para a inovação tecnológica necessária para o desenvolvimento sustentável. A urgência é particularmente importante no caso das tecnologias de baixo carbono como parte dos nossos esforços para mitigar as alterações climáticas induzidas pelo ser humano.

124. Existem várias iniciativas internacionais em curso direcionadas para acelerar o desenvolvimento, difusão e transferência de tecnologias adequadas e particularmente ecológicas. No entanto, até ao momento, a ambição não se compatibilizou com os desafios existentes.

125. Considerando as recomendações dos diálogos estruturados da Assembleia-Geral, proponho a criação de uma **plataforma mundial online baseada nas iniciativas existentes, e complementando-as, com a participação de todas as partes interessadas relevantes**, com o objetivo de: (a) fazer o levantamento das iniciativas de facilitação tecnológica existentes, das necessidades e lacunas, incluindo em áreas vitais para o desenvolvimento sustentável, englobando a agricultura, cidades e saúde; (b) melhorar a cooperação e a coordenação internacional nesta área, abordando a fragmentação e as sinergias de facilitação, incluindo dentro do sistema da ONU; e (c) promover o estabelecimento de contactos, a partilha de informações, a transferência de conhecimentos e a assistência técnica, para avançar com a expansão das iniciativas de tecnologias limpas.

126. Ao mesmo tempo, faço um apelo a todos os Estados-Membros para **(a) concluir urgentemente as disposições para a criação da proposta de um Banco Tecnológico e do Mecanismo para o Desenvolvimento de Capacidades nas Ciências, Tecnologia e Inovação para os PMA; (b) alargar de forma significativa a cooperação para a partilha de tecnologias, o reforço do**

**conhecimento e do desenvolvimento de capacidades para a utilização, capacidades em inovação, incluindo as TIC; (c) fazer os ajustamentos necessários nos quadros de política nacional e internacional para facilitar estas ações; (d) fazer progressos substanciais no desenvolvimento, transferência e disseminação de tais tecnologias e conhecimentos para os países em vias de desenvolvimento em termos favoráveis, concessionais e preferenciais; (e) garantir que os nossos regimes mundiais de propriedade intelectual e a aplicação das flexibilidades do Acordo TRIPS são totalmente consistentes os objetivos do desenvolvimento sustentável e contribuem para os mesmos; (f) fazer compromissos específicos para desviar os recursos públicos das tecnologias prejudiciais e direcioná-los para os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável; e (g) promover a aceleração do ciclo certo da inovação-para-o-mercado-para-o-público das tecnologias limpas e ecológicas.**

#### **4.3 Investir nas capacidades para o desenvolvimento sustentável**

127. Para alcançar os nossos objetivos, os países têm de os integrar no planeamento, política, orçamentos, direito e instituições nacionais. Isto exigirá instituições integradas que sejam eficazes e recursos humanos equipados com as competências e capacidades para proporcionar desenvolvimento sustentável. Os governos, em consulta com todas as partes interessadas, terão de rever as estratégias e políticas nacionais para apoiar o progresso no sentido dos objetivos, consistente com as prioridades nacionais.

128. Estas estratégias também terão de ser revistas, e implementadas a nível local, com o compromisso total das autoridades locais. Em muitos casos, as autoridades sub-nacionais e locais, incluindo os presidentes de câmara, estão já a liderar a missão do desenvolvimento sustentável. As capacidades institucionais e humanas terão, em muitos casos, de ser fortalecidas para uma implementação e monitorização eficazes. Isto inclui o reforço das capacidades para avaliar necessidades, recolher dados e formular respostas nos sectores e instituições.

129. As instituições executivas, os parlamentos e o sector judiciário necessitarão das capacidades para executar as suas funções nesta diligência. Igualmente, as instituições da sociedade civil devem possuir as capacidades para executar o seu papel fundamental e independente.

130. Os países em vias de desenvolvimento terão de apoiar o desenvolvimento de capacidades. Os PMA e os países em situação de pós-conflito terão necessidades particularmente urgentes. Para isto, a Organização das Nações Unidas está

a trabalhar para revitalizar e melhorar o seu papel no desenvolvimento de capacidades.<sup>x</sup> Aqui também, a ambição terá de aumentar, em particular num futuro imediato, não só por parte da Organização das Nações Unidas, mas por parte de todos os parceiros no processo.

131. À medida que procuramos desenvolver capacidades e ajudar a nova agenda a estabelecer-se, o voluntariado pode ser outro meio de implementação poderoso e transversal. O voluntariado pode ajudar a expandir e a mobilizar grupos de cidadãos, e a envolver as pessoas no planeamento e na implementação nacional dos objetivos de desenvolvimento sustentável. E os grupos de voluntários podem ajudar a localizar a nova agenda fornecendo novos espaços de interação entre os governos e as pessoas para ações concretas e escaláveis.

132. Por último, temos também de mobilizar o poder da cultura na mudança transformativa que procurámos. O nosso mundo é um mosaico notável de culturas diversas, que fornecem informações ao nosso entendimento em evolução do desenvolvimento sustentável. Teremos muito a aprender com as culturas à medida que construímos o mundo que queremos. Se pretendemos ter sucesso, a nova agenda não pode permanecer como domínio exclusivo das instituições e governos. Tem de ser abraçada pelas pessoas. A cultura, em muitos aspetos, será então uma força importante no apoio à nova agenda.

## 5. Concretizar a nossa agenda: uma responsabilidade partilhada

*"O desenvolvimento exige a eliminação das principais fontes de falta de liberdade: a pobreza, assim como a tirania, baixas oportunidades económicas, assim como as carências sociais sistemáticas, negligência dos serviços públicos, assim como a intolerância e atividade excessiva dos Estados repressivos."* Amartya Sen

### 5.1 Avaliar as novas dinâmicas

133. O progresso do desenvolvimento sustentável dependerá de economias vibrantes e do crescimento inclusivo, para que consiga acompanhar o ritmo das populações em crescimento e da maior esperança de vida, e gere emprego, salários e receitas para os programas sociais. Mas para tornar as nossas economias inclusivas e sustentáveis, o nosso entendimento do desempenho económico, e a nossa métrica para o avaliar, deve ser mais alargado, aprofundado e preciso.

134. Temos de reconsiderar como representar os padrões de produção o consumo sustentáveis na contabilidade nacional. As medidas que não distinguem entre actividades social e ambientalmente prejudiciais, por um lado, e os bens sociais, por outro, que não consideram a igualdade e a distribuição dos custos e benefícios, e que não incluem os impactos nas gerações futuras, não nos ajudarão a navegar no sentido de um futuro sustentável.

135. Os Estados-Membros reconheceram a importância de nos basearmos nas iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso sobre o desenvolvimento sustentável que vão para além do produto interno bruto. Assim, o trabalho sobre **o desenvolvimento de medidas alternativas ou de progresso, para além do PIB, deve receber uma atenção dedicada por parte da Organização das Nações Unidas, das instituições financeiras internacionais, da comunidade científica e das instituições públicas. Estas métricas devem ser honestamente focadas na medição do progresso social, bem-estar humano, justiça, segurança, igualdade e sustentabilidade. As medidas da pobreza devem refletir a natureza multidimensional da pobreza. As novas medidas do bem-estar subjetivo são novas ferramentas potencialmente importantes para a elaboração de políticas.**

136. Para concretizar a agenda do desenvolvimento sustentável, também precisamos de metas mensuráveis e indicadores tecnicamente rigorosos. Aqui também, os Estados-Membros fizeram progressos importantes no processo, propondo várias metas que proporcionam um efeito de integração sólido e contribuem em grande medida para a definição da substância daquilo que precisamos alcançar. Contudo, enquanto muitas permanecem resolutas e dão resposta aos objetivos, outras servem melhor o trabalho contínuo dos

do desenvolvimento dos indicadores para a agenda. Algumas metas são menos ambiciosas em relação ao acordado anteriormente e algumas estão melhor posicionadas onde os compromissos de mudança de política podem ser assegurados.

137. Agora é necessária uma revisão técnica para garantir que cada uma é enquadrada numa linguagem que seja específica, mensurável, alcançável e consistente com as normas e acordos existentes da Organização das Nações Unidas, ao mesmo tempo que se preserva o importante equilíbrio político que representam. Com este fim, **os especialistas técnicos do Sistema das Nações Unidas estão disponíveis para analisar as metas, incluindo os meios de implementação, e comparar e alinhar o nível de ambição representado por cada uma com o das metas, compromissos, normas e acordos internacionais existentes, reforçando assim o quadro geral dos objetivos. Isto também contribuirá para a coerência no debate sobre o financiamento para o desenvolvimento.**

138. Além disto, quando uma meta proposta é declarada em termos mensuráveis, mas não foi especificada uma meta quantitativa, **os Estados-Membros poderão solicitar a contribuição do Sistema das Nações Unidas, em consulta com os seus parceiros académicos e a comunidade científica, sobre as evidências para atribuir níveis mundiais específicos à meta.**

139. Terá também de ser identificado um conjunto de indicadores aplicáveis para que nos seja possível recolher, comparar e analisar dados fiáveis, e para que isto seja feito no nível adequado de desagregação, até 2016. Para este fim, **os Estados-Membros poderão decidir atribuir ao Sistema das Nações Unidas, em consulta com outros especialistas relevantes e através de um diálogo entre várias partes interessadas, a tarefa de desenvolver um grupo provisório de indicadores.**

## **5.2. Indicar o caminho: o papel dos dados na nova agenda**

140. Procuramos um percurso baseado na evidência para concretizar o desenvolvimento sustentável. Para isso, temos de enfrentar os desafios complexos que isto representa e responder às várias realidades e capacidades dos países.

141. Tal como indicado pelo meu Grupo Consultivo de Peritos Independentes sobre a Revolução dos Dados para o Desenvolvimento Sustentável, o mundo deve adquirir uma nova “literacia de dados” para que esteja preparado com as ferramentas, metodologias, capacidades e informações necessárias para esclarecer os desafios apresentados pela nova agenda. Capacidades estatísticas nacionais e internacionais melhoradas, indicadores rigorosos, grupos de dados fiáveis e oportunos,



fontes de dados novas e não tradicionais, e desagregação ampla e sistemática para revelar desigualdades serão fundamentais para implementar a agenda.

142. Em tudo isto, temos de maximizar o nosso compromisso com a transparência pública, a partilha de informações, a monitorização e os dados abertos, nunca comprometendo a obrigação de proteger o direito à privacidade. Temos de aumentar de forma significativa o apoio aos países e aos gabinetes nacionais de estatística relativamente a necessidades críticas para produzir, recolher, desagregar, analisar e partilhar dados cruciais para a nova agenda.

143. Com esta finalidade, **recomendo que, sob os auspícios da Comissão das Nações Unidas para a Estatística, seja estabelecido um programa abrangente de acção sobre os dados. Isto inclui o desenvolvimento de um consenso mundial, princípios aplicáveis e normas para os dados, uma Web de redes de inovação em dados para promover a inovação e a análise, uma nova corrente de financiamento inovadora para apoiar as capacidades nacionais relativas aos dados, e uma parceria de dados mundial para promover a liderança e a governação.**

144. Em particular, vamos executar, em colaboração estreita com peritos nacionais, uma **análise aprofundada sobre os dados existentes e as lacunas nas informações** e, assim, determinar a escala dos investimentos necessários para estabelecer um sistema de monitorização dos ODS moderno. Vamos catalisar uma **Parceria Mundial para os Dados do Desenvolvimento Sustentável** com várias partes interessadas, para mobilizar e coordenar as ações necessárias para fazer com que a revolução dos dados sirva o desenvolvimento sustentável, e promover iniciativas como a realização de **“Fóruns Mundiais sobre os Dados do Desenvolvimento Sustentável”** inclusivos.

### **5.3. Medir o nosso progresso: monitorizar, avaliar e apresentar relatórios**

145. Se queremos ter sucesso, a nova agenda tem de se tornar parte do contrato entre as pessoas, incluindo a sociedade civil e as empresas responsáveis, e os seus governos – nacionais e locais. Os parlamentos devem ser reforçados para aprofundarem a democracia e executarem os seus mandatos constitucionais de supervisão. Todas as empresas devem pagar os seus impostos, respeitar as normas laborais, os direitos humanos e o ambiente. Os atores da sociedade civil capacitados, através da ação e da defesa de causas, devem unir-se pela causa e contribuir para um futuro sustentável, igualitário e próspero.

146. Devemos agora abarcar uma cultura de responsabilidade partilhada, baseada em normas universais acordadas, compromissos globais, regras e evidências partilhadas, ações coletivas e definição de referências para o sucesso. O novo paradigma de responsabilização que procuramos não é um de condicionalidade ou do Norte para o Sul, nem do Sul para o Norte, mas antes um que inclua todos os atores – governos, instituições internacionais, actores do sector privado e organizações da sociedade civil, e em todos os países, para as próprias pessoas. Este é o verdadeiro teste do desenvolvimento centrado nas pessoas e sensível ao planeta.

147. Um modelo assim só pode ser desenvolvido com o envolvimento nacional, a participação alargada e total transparência. Para ser eficaz, deve estar alinhado com a agenda pós-2015 e os seus novos objetivos. Para ser eficiente, deve ser simplificado e usar mecanismos e processos existentes. Para ser baseado em evidências, deve ser fundamentado na revolução dos dados e nos indicadores e dados que emirjam a partir daí. Para ser realmente universal, deve aplicar-se a todos os atores – tanto nos sectores público como privado<sup>xi</sup>, aos níveis nacional e internacional. Deve incluir oportunidades para a análise mútua e o apoio mútuo aos níveis regional e mundial.

148. Nos últimos meses, as consultas das Nações Unidas enfatizaram a necessidade de um processo voluntário, liderado pelo Estado, participativo, baseado em evidências e com vários níveis para monitorizar o progresso.<sup>xii</sup>

149. Assim, poderia ser iniciado a nível nacional um processo de análise universal desenvolvido com base nestes princípios, que forneceria informações às análises aos níveis nacional, regional e mundial. Em todos os níveis, os debates da análise devem ser públicos, participativos, amplamente acessíveis e baseados em factos, dados, conclusões científicas e avaliações baseadas em evidências. As principais componentes podem incluir:

i. **Uma componente nacional liderada a este nível para a responsabilização.** No processo de análise geral, este segmento nacional, como o mais próximo das pessoas, deve ser o mais importante. Seria desenvolvido com base nos mecanismos e processos nacionais e locais existentes, com a participação alargada de várias partes interessadas, incluindo os governos local e nacional, os parlamentos, a sociedade civil, e as comunidades científica, académica e empresarial. Estabeleceria referências, analisaria o quadro político nacional, seguiria o progresso, as lições aprendidas, consideraria soluções, acompanharia

i  
i

i  
i

i  
v

uma coordenação relevante e de “plataformas” de análise. Estas podem incluir comissões, conselhos ou comités existentes especializados ou funcionais que congregam a Organização das Nações Unidas e outras entidades multilaterais, análises e consequências relevantes do órgão do tratado,

assim como Estados-Membros, parceiros da sociedade civil, das ciências, académicos e do sector privado, que monitorizariam e promoveriam cada área temática respetiva. As parcerias existentes podem também estar associadas a tais plataformas, a fim de garantir uma ação e responsabilização eficientes e efetivas. Para apoiar e complementar o processo, e para assegurar a avaliação contínua do processo, a Organização das Nações Unidas apresentaria relatórios temáticos globais anuais agregando os dados disponíveis, juntamente com o Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, mandatado pela Conferência Rio+20.

v. **Uma componente para analisar a parceria mundial para o desenvolvimento sustentável.** O elemento essencial da parceria e a sua mobilização dos meios necessários para a implementação devem também ser sujeitos a uma análise ativa. À medida que se preparam para a 3.<sup>a</sup> Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Addis Ababa, os Estados-Membros devem aproveitar a oportunidade para considerar como as estruturas e processos existentes podem ajudar e reforçar a parceria mundial para o desenvolvimento sustentável, incluindo a Parceria Mundial para a Cooperação Efetiva para o Desenvolvimento. Um papel adicional importante para o processo de análise no âmbito desta componente, será abordar as respetivas vias da conferência direcionadas para as condições e necessidades especiais dos PMA, PSLVD e dos PEIVD.

150. A estrutura atual dos nossos organismos intergovernamentais pode acomodar o processo de análise universal descrito acima. A criação do HLPF, que se reúne sob os auspícios do ECOSOC e da Assembleia-Geral, assim como da Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, foram inovações institucionais importantes que emergiram da Conferência Rio+20. E a reforma do ECOSOC foi outro passo importante.

#### **5.4 Preparar a ONU para a transformação**

151. Esta nova agenda universal para o desenvolvimento sustentável exige uma comunidade internacional que sejam “adequada” a fim de apoiar os países a implementar a nova geração de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Todos aqueles que estarão envolvidos na sua implementação terão de incorporar os seus novos parâmetros e os seus elementos transformativos. A Organização das Nações Unidas não é exceção, dado o seu papel na liderança e definição da agenda para o desenvolvimento sustentável para 2030.

152. Um sistema da ONU que seja “adequado” para concretizar a agenda pós-2015 é aquele que é relevante, inovador, ágil, inclusivo, coordenado e orientado para os resultados. É orientado pelos direitos humanos universais e as normas internacionais, integra os quadros normativos da ONU com as suas atividades operacionais, e dá resposta às necessidades diferenciadas dos países. Fornece aconselhamento especializado quando solicitado, e é igualmente competente em garantir uma abordagem integrada, trabalhando com várias disciplinas com um conjunto de competências relevante para apoiar melhor os Estados-Membros a abordarem desafios multissetoriais complexos. Fomenta parcerias eficazes para aumentar as competências, capacidades e recursos dos parceiros externos. Um sistema assim exige objetivos partilhados, uma liderança visionária e comprometida, e um serviço público internacional adaptável e altamente competente. E deve alcançar os padrões mais elevados de responsabilização, transparência e impacto.

153. Ao fazê-lo, o sistema da ONU está comprometido em trabalhar de uma forma mais colaborativa para alavancar as competências e capacidades de todas as suas organizações para apoiar o desenvolvimento sustentável. A nível nacional, as Equipas Nacionais da ONU fornecerão apoio coerente às partes interessadas nacionais para implementar as suas novas estratégias para o desenvolvimento pós-2015, ao mesmo tempo que acelera a implementação dos procedimentos operacionais padrão para estamos "unidos na ação" ("delivering as one") a fim de alcançar maiores resultados para o desenvolvimento sustentável. A ênfase será também colocada no uso de dados e evidências de forma mais eficaz e transparente e em desenvolver uma maior capacidade de análise para abordar as desigualdades, riscos e vulnerabilidades. O sistema da ONU continuará a insistir no desenvolvimento de modelos de negócio mais inovadores e integrados e na implementação de práticas operacionais modernas para obter rendimento e melhorar o impacto.

154. Os esforços contínuos também terão de ser aprofundados para assegurar que uma força de trabalho de elevado desempenho, móvel e diversa está disponível para apoiar a nova agenda pós-2015 para o desenvolvimento sustentável. Deve ser capaz de alavancar as respetivas competências e especializações das agências da ONU para trabalhar em várias disciplinas e funções e abordar melhor desafios multissetoriais complexos. Um serviço público internacional independente, altamente competente e comprometido que possa satisfazer as necessidades em mudança da comunidade internacional, é a nossa principal vantagem comparativa. Iremos investir na atração, retenção e destacamento de funcionários altamente competentes em todos os locais, mandatos e modelos de negócio.

155. Fundamentalmente, para a ONU ser mais “adequada”, os Estados-Membros têm também de ser mais coerentes no seu apoio, em particular no que toca à governação e ao financiamento do sistema da ONU. O financiamento do desenvolvimento sustentado para o apoio a longo prazo, que permita a combinação de recursos e reúna o financiamento humanitário e para o desenvolvimento, será fundamental, assim como será também a existência de mecanismos de financiamento da ONU mais coerentes, que unam em vez de fragmentar o quadro da política de desenvolvimento.

156. Neste contexto, os Estados-Membros poderão desejar reforçar as atuais ações a tomar, assim como assumir a iniciativa de garantir que o sistema da ONU é “adequado” para apoiar esta nova agenda transformativa e que tem sucesso na coordenação e na coerência dos atores do desenvolvimento a nível nacional.

## 6. Conclusão: juntos num pacto universal

157. O mundo atual é conturbado, agitado e tumultuoso, onde não faltam convulsões políticas dolorosas. As sociedades encontram-se sob tensões graves, resultantes da erosão dos nossos valores comuns, das alterações climáticas, do aumento das desigualdades, de pressões migratórias e de pandemias sem fronteiras. Este é também um momento em que a força das instituições nacionais e internacionais está a ser seriamente testada. A natureza e âmbito deste conjunto intimidante de enormes desafios requerem que tanto a inação como a forma habitual de agir deixem de ser opções. Se a comunidade mundial não exercer a liderança nacional e internacional ao serviço das nossas pessoas, arriscamos mais fragmentação, impunidade e disputas, colocando em perigo tanto o planeta como o futuro da paz, do desenvolvimento sustentável e do respeito dos direitos humanos. Ou seja, esta geração é responsável por transformar as nossas sociedades.

158. O ano de 2015 é assim o momento da acção global. Durante este ano, temos a oportunidade e responsabilidade inequívocas de adoptar o desenvolvimento sustentável, de reestruturar o sistema financeiro mundial em sintonia com as nossas necessidades, e, por fim, de responder de forma urgente ao desafio das alterações climáticas induzidas pelo ser humano. Nunca antes o mundo teve de enfrentar uma agenda tão complexa num só ano. E não teremos novamente esta oportunidade única na nossa geração.

159. Temos de tomar os primeiros passos determinados no sentido de um futuro sustentável e com dignidade. A transformação é o nosso propósito. Temos de transformar as nossas economias, o nosso ambiente e as nossas sociedades. Temos de mudar as nossas mentalidades ultrapassadas, comportamentos e padrões destrutivos. Temos de abraçar os elementos essenciais integrados da Dignidade, Pessoas, Prosperidade, Planeta, Justiça e Parceria. Temos de desenvolver sociedades coesas, procurando a paz e a estabilidade internacional. E, temos de estabelecer prioridades para as boas soluções internacionais através de uma perspetiva do interesse nacional de todos os Estados-Membros.

160. Um futuro assim é possível se mobilizarmos de forma coletiva a vontade política e os recursos necessários para fortalecer as nossas nações e o sistema multilateral. Temos os meios e os métodos para satisfazer estes desafios se decidirmos usá-los e se trabalharmos juntos. Se os Estados-Membros mobilizarem agora o mundo em torno do desenvolvimento



sustentável – a nível nacional e internacional – a Organização das Nações Unidas comprovará o seu valor como o principal organismo universal que cumpre os princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas.

161. No geral, o nosso trabalho é agora um desafio sério e inspirador. Estamos no limiar do ano mais importante do desenvolvimento desde a fundação da Organização das Nações Unidas. Temos de dar significado à promessa desta Organização de “reafirmar a nossa fé na dignidade e no valor da pessoa humana” e conduzir o mundo para um futuro sustentável. Com este processo extraordinário e a liderança sem precedentes que testemunhou, temos uma oportunidade histórica e o dever de agir de forma corajosa, vigorosa e expedita, para tornar a realidade numa vida digna para todos, não deixando ninguém para trás.

## Notas de rodapé

Carta das Nações Unidas, Preâmbulo.

<sup>i</sup> Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2014

<sup>ii</sup> Secretário-Geral das Nações Unidas, *Uma vida com dignidade para todos: acelerar o progresso no sentido dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e promover a agenda para o desenvolvimento das Nações Unidas depois de 2015*, Nova Iorque, 26 de Julho de 2013 (A/68/202).

<sup>iv</sup> *Relatório dos Diálogos Estruturados da Assembleia-Geral sobre possíveis disposições para um mecanismo de facilitação para promover o desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologias limpas e ecológicas*, Nações Unidas, Nova Iorque, Agosto de 2014.

<sup>v</sup> Organização das Nações Unidas, Relatório do Comité Intergovernamental de Especialistas sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, Nova Iorque, 8 de Agosto de 2014.

<sup>vi</sup> Consultar Organização das Nações Unidas, Evento de Avaliação de Alto Nível sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015: contribuições para o Relatório de Síntese 2015 do Secretário-Geral, Sumário Informal, Nova Iorque, Setembro de 2014.

<sup>vii</sup> Organização das Nações Unidas, Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, *Proposta do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, Nova Iorque, 19 de Julho de 2014.

<sup>viii</sup> A/68/202

<sup>ix</sup> Organização das Nações Unidas, Relatório do Comité Intergovernamental de Especialistas sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, Nova Iorque, 8 de Agosto de 2014.

<sup>x</sup> Consultar a Análise de Política Abrangente Quadrienal das Atividades Operacionais das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

